João Kamradt

Universidade Federal de
Santa Catarina (UFSC),
Florianópolis, SC, Brasil.

**Interações jornalísticas,
do senso comum
ao saber científico**

**Journalistic interactions,
of the common sense to
scientific knowledge**

**Interacciones periodísticas,
del sentido común a
los conocimientos científicos**

RESUMO

O jornalismo transmite o senso comum ou um saber científico aos seus leitores, ouvintes e telespectadores? Ao informar um fato, o jornalista está dando uma visão exata da realidade ou faz uma escolha seletiva de informações a partir da sua leitura daquele acontecimento? Neste artigo, partimos da teoria fenomenológica desenvolvida por Schutz para estudar como criamos uma imagem de um evento e a aproximamos da nossa realidade e da realidade de quem recebe a informação por meio de processos de generalização e de relevância. Deste modo, buscamos entender entre quais das esferas – senso comum ou saber científico – o jornalismo se situa.

Palavras-chave: Senso comum. Saber científico. Schutz. Jornalismo.

ABSTRACT

Journalism transmits common sense or scientific knowledge to their readers, listeners and viewers? Informing a fact, the journalist is giving an accurate view of reality or make a selective choice of information from your reading of that event? In this article, we start from phenomenological theory developed by Schutz to study how to create an image of an event and the approach that of our reality and the reality of who receives the information through generalization processes and relevance. Thus, we seek to understand which of the spheres – common sense or scientific knowledge – journalism lies.

Key-words: Common sense. Scientific knowledge. Schutz. Journalism.

RESUMEN

El periodismo transmite el sentido común o conocimiento científico a sus lectores, oyentes y espectadores? Al informar a un hecho, el periodista está dando una visión precisa de la realidad o hace una elección selectiva de información de la lectura de ese evento? En este artículo, se parte de la teoría fenomenológica desarrollada por Schutz para estudiar cómo crear una imagen de un evento y el enfoque que de nuestra realidad y la realidad de quien recibe la información a través de procesos de generalización y relevancia. Por lo tanto, buscamos entender cuál de las esferas – sentido común o el conocimiento científico – el periodismo se encuentra. Palabras clave: El sentido común. Conocimiento científico. Schutz. Periodismo.

Submissão: 22-8-2016

Decisão editorial: 15-8-2018

Introdução

O jornalismo transmite o senso comum ou um saber científico aos seus leitores, ouvintes e telespectadores? Ao informar um fato, o jornalista está dando uma visão exata da realidade ou faz uma escolha seletiva de informações a partir da sua leitura daquele acontecimento? Para entendermos essas questões, precisamos mergulhar na fenomenologia, entendida como um conjunto de fenômenos que se manifestam através do espaço e do tempo. É a busca pela compreensão da essência das coisas e como estas são percebidas no mundo.

A contribuição mais significativa que encontramos da fenomenologia e que pode ser aplicada ao jornalismo vem da teoria desenvolvida por Alfred Schutz.¹ Segundo o autor, o mundo em que vivemos não representa uma realidade objetiva, mas uma realidade interpretada e válida intersubjetivamente. Nessa lógica, não vivemos em um universo fixo, mas em realidades múltiplas ou multiversos, cada um marcado

¹ Schutz estudou sistematicamente a obra de Husserl, com Felix Kaufmann, a fim de procurar uma base para uma sociologia do entendimento, originada do trabalho desenvolvido por Max Weber. Este trabalho teve como resultado a publicação de seu primeiro livro, intitulado *The Phenomenology of the Social World* (*A Fenomenologia do Mundo Social*). Schutz morreu em 1958, nos EUA.

por outro tipo de estilo epistemológico. Pautando-se em Husserl² e Bergson, Schutz discute sobre a estrutura do mundo no sentido da vida cotidiana. Segundo o autor, o mundo não é como uma realidade que pode ser descrita independente da vida. Ele entende que o mundo deve ser compreendido em referência ao sujeito que o experimenta. Colocando de outra forma, a fenomenologia só pode ser entendida na compreensão da realidade a partir da experiência das pessoas e não a partir de relatos de terceiros. “A origem de toda a realidade é subjetiva, o que quer que nos excite e que estimule nosso interesse é real” (SCHUTZ, 1945, p. 1). Assim, é possível notar os obstáculos que se colocam entre o que propõe o autor e o fazer jornalístico.

A realidade da vida cotidiana é incorporada por Schutz na investigação sociológica. O objeto de estudo de Schutz, segundo Correia (2005, p. 12), é “o conjunto de relações interpessoais e de atitudes pessoais que, ainda que dependam de padrões adquiridos, são pragmaticamente reproduzidas ou modificadas na vida quotidiana”. Schutz entende a realidade construída socialmente por meio do conhecimento. Logo, por meio das distintas atribuições de sentido que os indivíduos desenvolvem em certos contextos. Os pressupostos teóricos de Schutz impulsionaram outras leituras da construção social da realidade, como a apresentada por Berger e Luckmann (2004), que lançam mão da ideia de uma sociologia do conhecimento. Como Schutz, a dupla também deseja entender como a realidade da vida é construída e como

² Após o lançamento de *A fenomenologia do mundo social*, Husserl e Schutz trocaram cartas até a morte do último.

se dá a formação das objetivações dos processos e da experiência subjetiva da vida cotidiana.

Eles (2004, p. 11) sintetizam os conceitos de conhecimento e realidade, sendo que a realidade deve ser entendida como “uma qualidade pertencente a fenômenos que reconhecemos terem um ser independente de nossa própria volição”. Por sua vez, o conhecimento representa a “certeza de que fenômenos sociais são reais e possuem características específicas” (BERGER; LUCKMAN, 2004, p. 11). Isso serve para explicar por que não vamos procurar em um mapa as coordenadas de onde moramos cada vez que precisamos ir para casa. Sabemos que nossa casa é uma realidade e temos conhecimento de como chegar até ela. Berger e Luckmann defendem que o conhecimento não existe sem que o indivíduo social construa sua realidade cotidiana, já que a realidade tem como origem no pensamento e na ação dos membros da sociedade. “A questão decisiva consiste em saber se o homem ainda conserva a noção de que, embora objetivado, o mundo social foi feito pelos homens, e, portanto, pode ser refeito por eles” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 123).

Complicando a questão, o interesse sociológico pela relação entre o conhecimento e a realidade se justifica por causa da relatividade social: o que é real para um religioso fervoroso pode não ser real para um indivíduo que não possui crenças religiosas. Assim, podemos concluir que há agrupamentos do conhecimento e de noções de realidade em determinados contextos sociais que podem ser observados sociologicamente. Para Schutz, a intersubjetividade é um ponto fundamental para a construção social dos sentidos. Logo, “a comunicação [...] desempenha

um papel estruturante nas manifestações concretas de sociabilidade" (CORREIA, 2005, p. 15-16). A partir disso, se entende que os meios de comunicação atuam como mediadores entre as subjetividades, sendo fundamentais para a construção da realidade, jogando luz sobre determinados assuntos e fazendo afirmações ou questionamentos acerca de outras tipificações presentes na realidade. Na sociabilidade, há uma negociação entre os sujeitos por meio do processo comunicativo. É isso que torna possível os indivíduos entrarem em contato com o que os outros indivíduos pensam, mesmo que isso não se realize de forma completa. Logo, a comunicação também é responsável pela produção de estranhezas, ponto essencial na produção dos significados na teoria de Schutz, segundo Correia: "A comunicação implica a constituição de universos de significado comuns onde é possível compreender e sermos compreendidos graças a um processo de geração recíproca de expectativas no decurso da qual construímos uma ideia partilhada de realidade" (CORREIA, 2005, p. 16).

Além da compreensão dos significados e da coesão da noção de realidade no tecido social, a comunicação também torna possível questionamentos e tensões no que é tido como a vida cotidiana. Dito isso, o objetivo deste artigo é entender a relação existente entre a representação da realidade social e o jornalismo, partindo de Schutz e os que se seguiram a ele, como Berger, Luckmann, Garfinkel e Correia, ligando pontos de convergência entre as teorias e os processos comunicacionais, sociocognitivos e discursivos.

A influência da fenomenologia no jornalismo

Como a fenomenologia influi no fazer jornalístico?
Como o jornalismo circula socialmente levando em

conta as múltiplas realidades? Para entender esses processos, precisamos entender melhor a teoria de Schutz. Para o autor austríaco, somente por meio de uma interpretação dos acontecimentos passados e do que aconteceu aos outros é que podemos orientar e experimentar os sentidos. "Agora, o presente se transformou em passado e a experiência viva da minha atuação em andamento tem dado lugar a minha lembrança de ter agido ou a pretensão de ter agido" (SCHUTZ, 1945, p. 4). Ele conclui que não há percepções sensitivas puras do mundo externo, sendo tudo construído em relação ao objeto percebido. Isso o leva a sugerir que os indivíduos vivenciam múltiplas realidades ao invés de todos presenciarem uma realidade única. O argumento é de que existir requer interpretações distintas de sujeitos singulares.

Nós dois, eu e o outro, experimentamos o processo em curso de comunicação nas cores vivas do presente. Ao articular seu pensamento ao falar em fases, o comunicador não se limita apenas a experimentar o que ele realmente expressa; um mecanismo complicado de retenções e antecipações se conecta dentro de seu fluxo de consciência, um elemento do seu discurso com o que precedeu e que vai seguir para a unidade do pensamento que ele quer transmitir. Todas essas experiências pertencem a seu tempo interior. E há, por outro lado, as ocorrências de sua fala, provocada por ele no tempo especializado do mundo exterior (SCHUTZ, 1945, p. 6-7).

Schutz argumenta que o ambiente social é delimitado frente ao domínio da realidade social dos contemporâneos e ao domínio da realidade social dos predecessores. A lógica que temos hoje como irrefutável da nova vida cotidiana é que a nossa

realidade seja um mundo único e dividido intersubjetivamente: se trocarmos os pontos de vista, continuaria o mesmo. É isso que a narrativa jornalística vende. Ou seja, de que o repórter contará uma história, a partir de uma perspectiva que seria a mesma perspectiva para todos os indivíduos que estivessem naquela posição. Se a realidade se constitui através da forma específica como o homem se direciona às coisas, ela nasce na maneira da sua atitude perante as coisas. Como argumentam Berger e Luckmann, a consciência é sempre intencional, independente de sensações subjetivas (as diferentes estruturas de significação) ou da própria experiência, isso porque ela tem um caráter intencional. “[...] o conhecimento relativo à sociedade é uma realização no duplo sentido da palavra, no sentido de apreender a realidade social objetivada e no sentido de produzir continuamente esta realidade” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 94). Portanto, mudanças na atitude cognitiva também alteram o mundo. Todas as coisas que nós experimentamos têm um lugar no universo simbólico e obtêm significado.

Por sua vez, a realidade é refletida pela língua, que obedece a gramática e se torna em um sistema de representações simbólicas, impregnadas de palavras e expressões que são válidas para aquele universo simbólico. Dessa forma, a língua cria uma semântica para refletir e manifestar a realidade. A linguagem transcende o aqui e agora, a realidade da vida cotidiana (espacial, temporal e socialmente) e integra diferentes realidades do cotidiano numa totalidade dotada de sentido. Ela, a realidade, atualiza uma série de fatos e experiência no momento presente, ou seja, cria símbolos abstraídos da experi-

ência cotidiana e os traduz como elementos objetivos na vida cotidiana – o senso comum apreende a realidade cotidiana por meio da linguagem simbólica e do simbolismo.

A linguagem cria um acervo social de conhecimento (campos semânticos circunscritos organizados pelo vocabulário utilizado nas diversas experiências sociais), que é transmitido de geração em geração e situa/localiza os indivíduos dentro de sua posição social no grupo do qual faz parte. “As instituições incorporam-se à experiência do indivíduo por meio dos papéis. [...] Ao desempenhar papéis, o indivíduo participa de um mundo social. Ao interiorizar estes papéis, o mesmo mundo torna-se subjetivamente real para ele” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 103). O conhecimento que esse acervo proporciona só interessa no nível pragmaticamente necessário (o que posso fazer e como), sendo quebrado apenas quando surge um problema que esse acervo não possa solucionar. Esse conhecimento tem sua própria estrutura de importância e não pode ser partilhado igualmente com todos. Como justificam Berger e Luckmann, “a linguagem constrói, então, imensos edifícios de representação simbólica que parecem elevar-se sobre a realidade da vida cotidiana como gigantescas presenças de um outro mundo” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 61). Schutz afirma que o conhecimento do mundo do senso comum, próprio de uma comunidade bem integrada, possui uma aparência de coerência, clareza e consistência para aqueles que participam, embora muitas vezes esteja apenas coberto por uma camada de suposições e ignorância. “Existem várias, provavelmente, um número infinito de realidades, cada uma com seu próprio estilo especial e distinto da existência” (SCHUTZ, 1945, p. 1).

Para exemplificar esse processo, o autor diz que ocorre uma negociação entre os indivíduos por meio do processo comunicativo, o qual permite aos sujeitos entrarem em contato com os pensamentos dos outros, mas não de forma completa. Seu argumento é de que o mundo social está dividido em quatro submundos de acordo com a experiência partilhada de tempo e espaço. As quatro divisões são:

- mundo dos consociados (*Umwelt*): mundo que compartilhamos o tempo e o espaço com os outros, com a proximidade da face a face, criando, entre pessoas que se reconhecem como semelhantes, um relacionamento de Nós, com orientação-para-o-tu;
- mundo dos contemporâneos (*Mitwelt*): Orientação-para-eles, onde não há uma experimentação direta ou imediata de nossos contemporâneos. Esse mundo usa recursos de tipificação e é caracterizado pelo anonimato;
- mundo dos predecessores (*Vorwelt*): é o passado, acabado e feito, fixo e determinado;
- mundo dos sucessores (*Folgewelt*): é futuro, totalmente indeterminável.

Conforme nos afastamos do mundo dos consociados, as relações tornam-se distantes, anônimas e inacessíveis à experiência. "Quanto maior for a distância, mais incertos são minhas antecipações da realidade atingível, até que se tornem totalmente vazias e irrealizáveis" (SCHUTZ, 1945, p. 10). Por isso, criamos processos de tipificação (generalizações) para caracterizar nossos semelhantes. Em nossa consciência, sintetizamos nossas interpretações das experiências pessoais e alheias para estabelecer relações de familiaridade ou estranheza com o mundo. Aqui os meios de comunicação ganham força novamente. Ao re-

latar um acontecimento para um grande número de pessoas, o jornalista recorre a generalizações para que indivíduos estranhos a aquele fato tenham capacidade de interpretá-lo. Assim, passado, presente e futuro se misturam no mundo da vida. Para o pensador, o corpo é como um marco zero de coordenadas que permitem a orientação dos indivíduos no mundo e que definem os conhecimentos ao alcance. Ao mesmo tempo, essa realidade se apresenta como um mundo intersubjetivo, que participamos com outras pessoas, já que não podemos existir sem interagir e comunicar com outros. Existe uma correspondência entre os significados que temos do mundo, justamente por esse mundo ser comum entre nós.

Schutz quer valorizar o conhecimento cotidiano expresso nos meios de comunicação como uma manifestação da construção de sentido em sua polissemia, na fortuna dos estranhamentos e da impossibilidade. O autor insiste que o mundo social se interpreta em função de construções próprias do senso comum. Os objetos naturais e sociais se dão por pressupostos, estabilizados na sua identidade, constituídos dentro de um processo de familiaridade e reconhecimento, possível graças a um repertório de conhecimentos disponíveis de origem social, formado e renovado na interação cotidiana. A concepção ingênua da objetividade combinada com a preocupação evidenciada pelo estilo jornalístico em tornar as narrativas facilmente compreensíveis e reconhecíveis faz a mídia correr o risco de configurar as narrativas no sentido de acentuarem o conformismo. A realidade é descrita conscientemente, mas de forma ingênua, pré-reflexiva, independentemente de questionamentos sobre a natureza dessa realidade. Isso ocorre porque

o jornalismo pressupõe a existência de um conhecimento prévio, de preconceitos sobre o que é a norma e o desvio. Pressupõe uma comunidade de interesses e uma reciprocidade de expectativas que tornam o discurso inteligível e que suportam o conceito de novidade. O próprio conceito de atualidade, cerne da narrativa noticiosa, pressupõe um poderoso sentimento de pertencimento na medida em que o que é atual tem sempre um discurso sobre as regularidades vigentes. Isso que faz o jornalismo e a recepção das suas mensagens estarem profundamente associados ao mundo da vida cotidiana.

Diante da importância que a teoria dá para a formação da consciência, é necessário entender como acontece a experiência. “A vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente” (BERGMAN; LUCKMANN, 1991, p. 35). A experiência dos indivíduos é o ponto de partida do método desenvolvido por Husserl. Ele entende que a consciência humana sempre está conectada a objetos, sejam ou não materiais. Esses objetos são construídos intencionalmente a partir da reunião dos diversos olhares lançados pelos indivíduos, que mais tarde serão lembrados de forma tipificada. Husserl propõe que seu método reflete a consciência por meio de um procedimento conhecido por redução fenomenológica, em que a realidade do mundo cotidiano é enxergada entre parênteses. Essa análise trata do mundo dos indivíduos que atribuem diferentes significados às ações que realizam e aos objetos que utilizam.

Nesse ponto, Husserl parou e Schutz continuou. Ele prossegue a análise do plano mundano, tentando

compreender melhor os processos de comunicação, sociabilidade e intersubjetividade. Husserl busca a compreensão da relação entre o mundo e a consciência, entendendo que vivenciamos o mundo por meio da atitude natural:

O mundo da vida cotidiana significará o mundo intersubjetivo que existia muito antes do nosso nascimento, vivenciado e interpretado por outros, nossos predecessores, como um mundo organizado. Ele se dá agora à nossa experiência e interpretação. Toda interpretação desse mundo se baseia num estoque de experiências anteriores dele, as nossas próprias experiências e aquelas que nos são transmitidas por nossos pais e professores, as quais, na forma de conhecimento à mão, funcionam como um código de referência (SCHUTZ, 1979, p. 72).

Schutz acrescenta que a realidade cotidiana sofre a interferência de outras realidades, com diferentes significados, e isso acontece por meio da troca de experiências e ao ultrapassar os limites do que imaginamos ser o real. Isso faz que as realidades múltiplas se relacionem com a chance de transcender o cotidiano por meio de símbolos. É nesse campo da comunicação e da sociabilidade que acontece a alteração da vida cotidiana, daquilo que temos como rotineiro. A comunicação ou o contato intersubjetivo, na fenomenologia social, “é pré-requisito para toda a experiência humana imediata no mundo da vida” (CORREIA, 2005, p. 50), o que faz que a compreensão do próprio *self* só seja possível a partir da relação com outros sujeitos. Especificamente ao tratar de discursos, é possível haver uma observação genuína quando o sujeito consegue encontrar paralelos entre o que foi dito com experiências subjetivas daquele que fala. Os sinais (a

significação) são exemplos de subjetivação. Um sinal pode demonstrar a intenção subjetiva de quem o faz. Esses sinais são agrupados em um sistema (gestos, artefatos e linguagem) objetivamente acessíveis.

Além das expressões subjetivas, podem se destacar expressões subjetivas do aqui e agora. A linguagem entra aqui: ela se origina na vida cotidiana e tem poder coercitivo. Permite a objetivação da experiência cotidiana e o seu agrupamento em categorias. É assim que entendemos o que o outro indivíduo tem a dizer. É desse modo, segundo Correia, que Schutz consegue concluir a teoria husserliana da intersubjetividade. Ao fim, Schutz fala que só compreendemos quais as intenções de outros indivíduos a partir de informações de seu cotidiano. Ao discutir formas de interação subjetiva, Schutz aproxima a sociologia fenomenológica de teorias da comunicação social. Para entender a relevância dessa aproximação, é necessário compreender os conceitos de tipificação (generalização) e de relevância, fundamentais para a utilização do senso comum, tão presente nos discursos jornalísticos.

A importância da generalização e da relevância para o uso do senso comum no jornalismo

Tipificações são generalizações que usamos como simplificadores e facilitadores de ações e do nosso pensamento. Funcionam como uma biblioteca de conhecimento sobre o cotidiano armazenado por meio do convívio social e das experiências adquiridas. Sua função é nos ajudar a interpretar e compreender este mundo.

Na tipificação, os objetos do mundo social estão constituídos dentro de um marco de familiaridade e de

reconhecimento proporcionados por um repertório de conhecimentos disponíveis cuja origem é sobretudo social. É o que habitualmente Schutz designou de acervo de conhecimentos disponíveis (CORREIA, 2005, p. 92).

Essas tipificações ou generalizações surgem de pressupostos de que há um mundo que existe e racionalmente faz sentido, sendo assim compreendido por meio desse conjunto de informações disponíveis. É esse elemento, a generalização, que faz que matérias jornalísticas tornem compreensível para o seu público uma realidade ou um mundo do qual nada conhecem. Como exemplo, imagine o público brasileiro assistindo matérias sobre a cultura muçulmana e perceba como são utilizadas generalizações para tornar aquele mundo acessível ao público daqui. As generalizações, desse modo, consagraram a ordem social em um ambiente relacionado diretamente com as rotinas. É essa crença em acreditar que “sempre foi assim” a responsável por guiar a maneira pela qual abordamos o inesperado e aquilo que é extraordinário.

O estranho... torna-se em essência o homem que tem de colocar em questão praticamente tudo aquilo que parece inquestionável para os membros do grupo do qual se aproximou. Para ele, o padrão cultural do novo grupo não tem a autoridade de um sistema comprovado de receitas, e isso, se por nenhum outro motivo, porque ele não participa da tradição histórica “vívda” através da qual o grupo se formou (SCHUTZ, 1979, p. 87).

Isso faz que a figura do estrangeiro ou daquilo que é estranho surja na obra de Schutz como uma metáfora para o comportamento do pesquisador quando dá sentido a um processo de atribuição de

sentido. É necessário afirmar que as generalizações estão socialmente submetidas à relevância que possuem, ou seja, aos interesses despendidos e à atenção dos indivíduos a certo assunto. “A relevância diz respeito à atenção seletiva pela qual estabelecemos os problemas a serem solucionados pelo nosso pensamento e os objetivos a serem atingidos pelas nossas ações” (CORREIA, 2005, p. 100). Os agentes sociais direcionam sua orientação, relacionando-as com os costumes e tradições, fazendo que a relevância pos-sua funções diferentes e importantes, como: facilitar e favorecer as interações humanas, contribuir para que seja construído um universo discursivo comum e determinar quais são as informações que serão tratadas como semelhantes. Mas a relevância nem sempre ocorre de forma espontânea, podendo vir a ser motivada ou imposta por terceiros. Essa variabilidade do sistema de relevâncias acaba tendo um papel importante para a teoria da comunicação, já que o mundo como o enxergamos é um mundo em que os significados são partilhados intersubjetivamente, com a linguagem funcionando como um sistema de generalização. Logo, a comunicação entre os indivíduos ocorre na vida comum, havendo um processo de criação de significados que é ancorado nas experiências que temos em nossa memória. É o cruzamento entre as memórias que torna possível transcender o mundo que vivo e conseguir vivenciar outros tipos de significados. É de se esperar que isso não ocorra de forma direta, clara ou fácil. Mesmo constituindo-se como um elemento fundamental da sociabilidade, “Schutz não deixou nunca de ter em conta que a comunicação plenamente bem-sucedida é impossível e que há sempre uma margem da vida privada do

outro que me é inacessível e transcende as minhas experiências possíveis" (CORREIA, 2005, p. 106). Enquanto isso, mesmo com generalizações, Garfinkel entende que a racionalidade não pode ser deixada de lado para que exista um "desprendimento de sentimento para indicar a insensatez ou a legitimidade de uma proposição" (GARFINKEL, p. 2013, p. 129). Isso porque, para ele, o senso comum pode encarar a racionalidade de duas formas.

Uma pessoa que trata seus sentimentos sobre uma questão como se fossem irrelevantes para o sentido ou a legitimidade desta questão está agindo de forma racional, enquanto considera-se que uma pessoa que indica o sentido e a legitimidade por meio da invocação de seus sentimentos age menos racionalmente (GARFINKEL, 2013, p. 129).

Schutz entende que os processos intersubjetivos, como a comunicação e o jornalismo, possuem dois papéis. Em primeiro lugar, são responsáveis por dar sentido ao mundo da vida comum e, segundo lugar, fazem que essas experiências sejam transcendidas, independente da sua incompletude ou imponderabilidade. É preciso delimitar a diferença conceitual que Schutz dá para a comunicação e a intersubjetividade: "[...] a intersubjetividade é prioritária em relação à comunicação" (CORREIA, 2005, p. 110). Nem todas as ações que possuem significado são comunicativas, já que a comunicação sempre terá intencionalidade. Mais do que ser compreendida, a ação comunicativa deseja produzir efeito em que recebe a mensagem, embora nem sempre seja possível compreender exatamente o que o emissor quis falar.

O que se compartilha é um significado linguístico e não uma experiência, de tal modo que se origina uma possível discrepância entre o sentido que lhe dá o que a pronuncia e o sentido alcançado por aquele que interpreta. A linguagem surge deste modo como um conjunto de tipificações socialmente aceitas, de acordo com um sistema de relevância (CORREIA, 2005, p. 114-115).

Os sistemas de generalizações ou tipificações se constituem como uma herança social que desempenha importantes funções: funciona como um código de orientação e interpretação dos sujeitos que convivem em um mesmo grupo, trazendo um discurso comum para fins de compreensão mútua; determinar as situações e os fatos que devem ser expostos como homogêneos; alterar as ações individuais em papéis que sejam tipicamente sociais (sabemos o que esperar de um padre, por exemplo); perpetuar o próprio sistema por meio de controles sociais; e contribuir para a criação dos sistemas de relevâncias individuais e generalizações, tornando problemas individuais dentro de um contexto de problemas de grupo (SCHUTZ, 1979, p. 119-120). Como se vê, é o contato intersubjetivo que liga os sujeitos com uma realidade que já foi construída. Isso faz que a comunicação e a linguagem estejam no cerne da sociabilidade. Assim, a mídia e o meio jornalístico são um importante elo entre as pessoas e suas experiências, já que é nas páginas dos jornais ou nas imagens de um jornal televisivo que se criaram e se manifestaram as generalizações e as relevâncias, que influem de forma decisiva nos "processos pelos quais qualquer corpo de conhecimento chega a ser socialmente estabelecido como realidade" (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 13-14).

O jornalismo e a fenomenologia social

Já sabemos que a relevância é um instrumento por meio do qual vem a ser eleito o que ocorreu de mais importante para um sistema social ou para um grupo, sendo que essa partilha de significados entre os sujeitos costuma ser determinante para as ações dos indivíduos. Os meios de comunicação possuem importância em vários pontos, já que contribuem na definição de quais são os assuntos relevantes para a agenda pública e também auxiliam nos questionamentos e na consolidação de significados compartilhados. Com isso, podemos questionar como surge o sistema de relevâncias pelo qual opera o jornalismo e o que faz certos fatos se tornarem em notícias relevantes e outros não. Para Correia, que se vale do conceito de valor-notícia,³ as informações relevantes para ocupar espaços em jornais são aquelas que “[...] refletem a intersecção entre o sistema de relevâncias vigente na redação, no grupo profissional e no mundo da vida em que estão inseridos” (CORREIA, 2005, p. 128), além de fatos limitantes que acabam expondo restrições orçamentárias e a interação com a audiência. Isso faz que a relação entre o jornalismo e a relevância não ocorra apenas na maneira de escolher notícias, mas também no modo como a forma de comunicar essa informação contribui para reforçar ou determinar o que vem a ser importante. A mídia acaba agindo no terreno das generalizações, ao questionar ou reforçar as tipificações que foram construídas por meio da experiência e pela qual é definida a análise que realizamos de determinadas partes do mundo coti-

³ De acordo com Nilson Lage (2001), os valores notícias são: proximidade, atualidade, identificação social, intensidade, ineditismo e identificação humana.

diano. As informações transmitidas pela mídia ajudam na potencialização do que é possível experimentar, já que em um primeiro momento são informações submetidas ao que já sabemos, ou seja, a algo que nos é familiar.

As tipificações são o modo encontrado pelo mundo cotidiano para lidar com as novidades, com o extracotidiano que surge todos os dias. É por meio dessas generalizações que são estabelecidas as regularidades em um mundo que é ameaçado pela eventualidade de que algo ocorra ou não. É isso que torna possível lidarmos com o mundo que temos. "Podemos dizer que o mundo ao meu alcance real pertence essencialmente ao tempo presente. O mundo dentro do meu alcance potencial, no entanto, mostra um tempo com uma estrutura mais complicada" (SCHUTZ, 1945, p. 9). Assim, ele distingue duas potências, sendo que a primeira se refere ao passado e pertence ao que era o alcance real e pode vir a ser trazido de volta à proximidade real novamente, enquanto a segunda zona de potencialidade se refere a estados futuros antecipados. Como Schutz argumenta, podemos viver em um mundo instável, em que há um processo cada vez mais rápido de estabelecimento das diferenças entre os indivíduos. Mas, aos olhos dos indivíduos que integram a sociedade, as generalizações são o modo pelo qual conseguimos lidar com as alterações de uma forma que o processo pareça natural. Isso faz que até mesmo acontecimentos como a morte sejam generalizados de uma maneira que torne mais simples a absorção pela visão de que isso é parte de um processo comum da vida cotidiana. Isso revela aspectos de como produzimos as notícias, já que o jornalismo visa sempre o extracotidiano e para fazermos isso é

necessário produzir parte do sentido, relacionando o que é compreendido como anormal com aquilo que faz parte da vida cotidiana dos sujeitos que devem receber aquela informação.

Com isso, a noção de objetividade sofre um golpe, já que a realidade não deve ser separada do modo como é compreendida pelo campo jornalístico. Essas tipificações, ou generalizações, acabam envolvendo questões práticas de ordem espaço temporal, como os limites de espaço para a publicação do material, a periodicidade do meio jornalístico que irá reproduzir a notícia, além do modo como a informação será trabalhada pelo jornalista, que a transformará de acordo com generalizações que ele entende como socialmente aceitáveis. Toda essa orientação discursiva irá cercear a realidade, adequando o fato à comunidade, ao tipo de veículo e ao público ao qual é destinado.

Isso vai na direção do que argumenta Robert Park (2008), para quem as generalizações são responsáveis por fazer a ponte entre o cotidiano e o extracotidiano. Park (2008) argumenta que há dois tipos de conhecimento: o formal e o intuitivo, não sistemático ou de senso comum (PARK, 2008, p. 51). Segundo ele, é no *continuum* entre esses dois conhecimentos que reside a notícia, gênero jornalístico que teria por função “orientar o homem e a sociedade no mundo real” (PARK, 2008, p. 51).

Os jornalistas são elementos essenciais na construção de imagens que só tem sentido inseridos numa história exemplar em que colaboram todas as formas institucionais de narradores e o próprio público. A estrutura subjacente acaba por percorrer formas diversas de relato de modo a proporcionar a adesão ou a repulsa. As

imagens funcionam como os arquétipos que se usam para criar esse relato, inserindo-o de modo articulado no conjunto de narrativas dominantes numa dada cultura. De acordo com esta estratégia, a sociedade cria imagens negativas e positivas, mas inscreve-as na concepção relativamente natural da comunidade. O risco é de que, deste modo, se desencadeie uma operação coletiva de naturalização do que é cultural, que acentue a vocação alegadamente universal dos valores e visões transmitidos, omitindo os elementos conflituais e contraditórios (CORREIA, 2005, p. 134).

Os jornalistas e os jornais são responsáveis por reforçar as generalizações e as relevâncias que são dominantes. Park defende que a notícia “não é conhecimento sistemático como aquele das ciências físicas” (PARK, 2008, p. 58), já que não trata de coisas nem de eventos. Para o autor, ainda que sejam eventos isolados no tempo presente – o que retoma a ideia de efemeridade da notícia –, “não é história, e seus fatos não são fatos históricos” (PARK, 2008, p. 58). Park afirma que, mesmo não sendo história nem política, a notícia é um substrato para a ação política e para a opinião pública. A notícia, segundo Park, se estabelece em um fluxo que passa pela publicação, circulação e público. Mesmo assim, há muito o que pode ser posto em dúvida, questionado e tensionado. É isso que torna possível as dúvidas quanto à objetividade jornalística, já que o jornalista é parte do mundo que está observando e interpretando. Os fatos que ele interpreta são construções da realidade. É essa impossibilidade do jornalismo de alcançar a objetividade ao tratar do cotidiano que Garfinkel aponta para falar das diferenças entre o discurso midiático e científico:

(...) as racionalidades científicas, de fato, ocorrem como propriedades estáveis de ações e como ideais sancionáveis apenas em ações governadas pela atitude da teorização científica. Em contraste, as ações governadas pela atitude da vida cotidiana são marcadas pela ausência específica dessas racionalidades, seja como propriedades estáveis, seja como ideais sancionáveis (GARFINKEL, 2013, p. 129).

Para Schutz, a abordagem fenomenológica propõe auxiliar os jornalistas a não transformarem o senso comum em conformismo ao afirmar que o jornalista não deve agir apenas como observador, mas também como agente do processo social. Isso, segundo o autor, daria a possibilidade de que fossem conhecidos novos significados para a mesma informação. Correia interpreta assim a ideia de Schutz:

Ao ganhar consciência do seu estatuto de observador e participante, o resultado poderá ser a possibilidade de o jornalista se tornar ainda mais observador, desenvolvendo a confiança e a suspeita (num sentido positivo), mas atento à situação complicada que resulta da sua posição peculiar (CORREIA, 2005, p. 139).

Essa interação entre diferentes significados se dá por meio de desentendimentos, conflitos e falhas de comunicação no plano coletivo e individual. As contradições dos significados só são conhecidas quando são expostos aqueles que a vivem (imaginem o brasileiro que vai para um país estrangeiro e se depara com generalizações como, "Brasil, país do futebol e do carnaval"). O contato com o não comum faz que o desentendimento e o dissenso sempre estejam presentes nas formas de transmissão das informações pelo jornalismo. E é justamente por transitar entre o

conhecido e o desconhecido, por causar desentendimentos ao mesmo tempo em que gera compreensões de fatos distantes, que Park alega que o jornalismo trata também da potencialidade da relação entre notícia e o acontecimento: "se for o inesperado que acontece, não é totalmente inesperado o que chega a ser notícia" (PARK, 2008, p. 64).

Considerações finais

Como o jornalismo circula socialmente levando em conta as múltiplas realidades? A hipótese de Schutz desenha um mundo multidimensional, em que as várias formas de perceber o mundo se combinam, se interpõem e se interferem. Como defendido por Schutz, há quatro tipos de realidades. A questão que surge daí é: o discurso jornalístico, no momento que circula, dá respostas a uma dessas realidades, no caso a realidade racional, ou o discurso jornalístico que circula possui alguma capacidade de responder, considerando a variedade de suas linguagens, a variados tipos de realidade?

Como visto até aqui, há diferenças na linguagem em sua capacidade plena e de como a linguagem é mobilizada no jornalismo. Certos elementos somente são possíveis conhecer pela elasticidade da linguagem. Isso faz que, ao longo do tempo, a linguagem possa chegar a um contingente cada vez maior de pessoas. Isso quer dizer que ao longo do tempo as transformações na linguagem jornalística permitiram que o discurso jornalístico alcançasse mais pessoas e conseguisse dar conta de temas mais complexos. Essa é uma visão evolucionista da linguagem. Por que isso é relevante? Porque determinadas transições trazem surpresas. Por exemplo, o que leva os jornais im-

pressos terem adotados, com enorme frequência nas redações, unidades de produção de vídeo? Porque quando usam vídeo, conseguem atingir uma grande audiência. Quanto mais vídeos forem colocados, tanto mais acessos terão. Esse expediente é utilizado porque permite uma comunicabilidade maior e melhor com determinados públicos. Para fazer um paralelo, basta relembrar o quanto o desenvolvimento de infográficos aperfeiçoou a comunicação jornalística nas últimas duas décadas. Antes dos infográficos, todo um conjunto de temas complexos precisava ser resolvido dentro do âmbito do texto. Hoje, com o infográfico há uma potência de esclarecimento, uma potência de informação que torna, às vezes, a matéria escrita parcialmente desnecessária. Já vemos isso em alguns lugares, como o *Nexo Jornal*, que faz circular gráficos e infográficos. A informação em estado bruto é trabalhada pelo jornalista de uma forma que normalmente o jornalista não o fazia. Esse é o tipo de trabalho entregue atualmente. Antigamente isso seria impensável, mas agora faz parte do processo jornalístico. Isso é parte do ajustamento da linguagem, da capacidade de dizer e da capacidade que a linguagem possui de enunciar.

Assim, o discurso jornalístico não está preso apenas ao mundo da vida cotidiana. Como Schutz argumenta: “o ideal da racionalidade não é, e não pode ser, uma característica peculiar do pensamento cotidiano e, portanto, nem pode ser um princípio metodológico para a interpretação dos conjuntos humanos na vida cotidiana” (SCHUTZ, 1945, p. 21). Garfinkel também defende essa linha ao recomendar que as racionalidades científicas sejam encaradas como ineficazes nas ações governadas pelas pressuposições

da vida cotidiana. O jornalismo não está restrito a uma única realidade, podendo se expandir para os múltiplos universos que fazem parte da realidade dos indivíduos. Como Schutz alega: "O paradoxo da comunicação surge, assim, somente se assumirmos que a sociabilidade e comunicação podem ser realizados dentro de outra província finita do significado em que o mundo da vida cotidiana é a realidade suprema" (SCHUTZ, 1945, p. 26). Como não pode, devemos descobrir como utilizar de forma mais adequada as quatro zonas de realidades que Schutz trata.

Referências

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 35-68.

CORREIA, João Carlos. **A teoria da comunicação de Alfred Schutz**. Lisboa: Horizonte, 2005.

GARFINKEL, Harold. "As propriedades racionais das atividades científicas e de senso comum." In: **Studies in Ethnomethodology**. Cambridge: Polity Press, 2013.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Florianópolis: UFSC – Insular, 2001.

PARK, Robert E. A Notícia como forma de Conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento. In: BERGER, C.; MAROCCO, B. **A Era Glacial do Jornalismo**. Porto Alegre: Sulina, 2008, p. 51-70.

SCHÜTZ, Alfred. On Multiple Realities. **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 5, 1945, p. 533-576.

João Kamradt

<http://lattes.cnpq.br/8717013690159766>

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Doutorando em Sociologia Política pela UFSC. Mestre em Sociologia Política na mesma universidade. Jornalista formado pelo IELUSC.

<joaokamradt@gmail.com>